

A abertura à Sociologia: A experiência dos estágios no curso de Sociologia da Universidade do Minho¹

Ana Maria Brandão² e Emília Rodrigues Araújo³

Resumo:

Esta apresentação pretende ser uma reflexão sobre a experiência de estágio inserido no último ano da licenciatura em Sociologia da Universidade do Minho. O estágio constitui um momento particular de articulação entre o mundo académico e o mundo do trabalho, favorecendo a criação de visibilidade do futuro licenciado no mercado de trabalho. Considerando que o estágio constitui um momento importante na formação em Sociologia e valorizador do *curriculum* do candidato à procura do primeiro emprego, as autoras assumem, por um lado, que o mercado de trabalho está cada vez mais informado sobre o tipo de competências que o licenciado em Sociologia pode oferecer, mas também mais selectivo e exigente relativamente aos produtos do próprio estágio. Estes dois traços traduzem, ao mesmo tempo, uma pressão acrescida sobre a dimensão profissionalizante das orientações de estágio e o maior relevo adquirido pelos “capitais sociais” gerados no decurso do estágio. Na apresentação usa-se informação proveniente dos relatórios de curso, assim como sobre as entidades acolhedoras de estágio no ano lectivo de 2006/2007.

Introdução

Esta apresentação pretende ser uma reflexão sobre a experiência de estágio inserido no último ano da licenciatura em Sociologia da Universidade do Minho. Usamos, nesta intervenção, informação proveniente dos relatórios de curso, assim como sobre as entidades acolhedoras de estágio no ano lectivo de 2006/ 2007. Para além deste tipo de informação, coligida de modo sistemático, recorreremos, igualmente, a informação de carácter mais qualitativo resultante da nossa experiência pessoal quer enquanto orientadoras de estágio, quer enquanto membros dos júris que procedem à avaliação do desempenho dos estagiários.

1. A experiência do estágio

¹ Comunicação apresentada no Encontro *O Estado da Sociologia em Portugal: Formação, investigação e profissionalização*, Lisboa, ISCTE, 19 e 20 de Outubro de 2007. Este texto é uma versão alargada de uma apresentação de feita no *Encontro Nacional de Profissionais de Sociologia*, realizado em Vendas Novas.

² Docente no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho (anabrandao@ics.uminho.pt).

³ Docente no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho (era@ics.uminho.pt).

O estágio constitui um momento particular de articulação entre o mundo académico e o mundo do trabalho, favorecendo a visibilidade do futuro licenciado no mercado de trabalho. Neste sentido, não sendo uma garantia de emprego – a maioria dos estagiários não permanece nas organizações onde estagia, embora tenda a encontrar emprego em programas ligadas a essas organizações ou em organizações afins –, o estágio favorece a integração no mercado de trabalho. Uma das razões para assim ser prende-se com o facto de o estágio ser assumido, tanto pelo estagiário, como pelas entidades empregadoras potenciais, como um elemento valorizador do *curriculum* do candidato à procura do primeiro emprego.

É, provavelmente, a consciência desta relevância da experiência de estágio que explica que, na esmagadora maioria dos casos, os alunos finalistas optem por aquele em detrimento da realização de Seminários de investigação. Os números são, a este nível, bem expressivos: no ano lectivo de 2006/ 2007, até ao final do mês de Julho, dos 169 alunos⁴ que se encontravam na fase conclusiva da licenciatura, 89% havia optado pelo estágio.

Se o estágio representa um momento particular da experiência do futuro licenciado, nomeadamente porquanto lhe permite adquirir aplicar, desenvolver e/ ou adquirir novas competências, cremos que ele contribui, igualmente, de modo relevante para uma avaliação da capacidade da Universidade proporcionar o desenvolvimento de competências que permitam atender às exigências da sociedade, em geral, e do mercado de trabalho, em particular.

É importante notar que, no decurso do estágio, o aluno é alvo de solicitações compatíveis com a sua formação académica, mas também se lhe exigem competências técnicas que não se ligam a esta, como sejam a redacção de cartas e outros documentos, o domínio das tecnologias da informação ou a tradução de textos. Para além disto, são-lhe, por vezes, solicitadas tarefas que estão fora do seu domínio específico de competências, o que traduz, por parte das organizações acolhedoras do estágio, uma visão deste como uma possibilidade de concretizarem certas tarefas sem custos adicionais, beneficiando, ainda, de uma actividade de consultadoria por parte da universidade, nomeadamente na pessoa dos orientadores de estágio.

Assim, o estagiário é frequentemente confrontado com a necessidade de compatibilizar a realização do seu projecto de estágio, que se pretende que tenha um

⁴ Este número é bastante mais elevado do que o normal devido à transição para o modelo de Bolonha.

pendor eminentemente sociológico e ainda voltado para a aprendizagem, com as exigências com que se confrontaria enquanto profissional efectivo ao serviço da organização no decurso da sua actividade laboral normal. Se, por um lado, ele se pode sentir integrado e capaz de confiar as suas ideias e dúvidas aos seus orientadores, por outro, sente-se à margem do normal processo de trabalho, não reconhecido e desconfiado. Isto pode tornar-se fonte de alguma angústia, sobretudo quando as tarefas de carácter mais propriamente administrativo ou de execução solicitadas ameaçam inviabilizar o projecto de estágio, levando, frequentemente, à necessidade de intervenção do orientador da universidade no sentido de repor as condições de funcionamento próprias do estágio.

Estas dificuldades de articulação das exigências das organizações acolhedoras e das exigências da universidade, que encara o estágio mais como um período de aprendizagem do que probatório, permitem detectar, desde logo, um conjunto de aspectos críticos aos quais é necessário estar atento. Sublinhamos, nomeadamente a necessidade de estudar e negociar com cautela solicitações que são, muitas vezes, incompatíveis quer com a duração do estágio, quer com o facto de se tratar de um estágio não remunerado, quer com o entendimento deste como período mais dedicado à aprendizagem do que à apresentação de uma prova de conhecimentos acumulados que, em certas alturas, abarca competências verbais e relacionais.

A experiência do estágio surge como um período de elevada ansiedade para os alunos, especialmente nos casos em que estes descuraram a sua formação académica, principalmente a componente metodológica. A este respeito, convém salientar que nem sempre os alunos – quer por opção sua, quer por responsabilidade dos próprios cursos e do seu corpo docente – adquirem as competências necessárias para responder às exigências tipicamente sociológicas que começam a surgir da parte de muitas organizações. Isto é particularmente visível nos casos em que existe uma dificuldade notória em articular o que aprenderam com uma operacionalização atraente para a própria organização acolhedora, i.e., de proporem projectos e temas de trabalho com interesse para ambas as partes. As dificuldades de lidar com as exigências das organizações acolhedoras estão também particularmente presentes entre aqueles alunos que, durante o curso, negligenciaram a sua participação em actividades de investigação, laboratório ou aplicação de conhecimentos, a apresentação pública de trabalhos, bem como a dedicação a disciplinas fundamentais, como as teorias sociológicas e as metodologias de investigação social.

Não é, todavia, apenas ao nível do *saber-saber* ou do *saber-fazer* que o estágio surge como período fundamental de avaliação das competências ministradas (ou não) pela universidade e adquiridas (ou não) pelo estudante. O *saber-estar* parece ser cada vez mais alvo de preocupação por parte das entidades acolhedoras, traduzindo-se numa avaliação do estagiário em aspectos que vão do cumprimento de horários (quando estes são negociados) e prazos ao sentido de responsabilidade. Esta dimensão da avaliação do desempenho do estagiário parece ser particularmente relevante para a possibilidade de mobilização, da parte deste, do capital social adquirido durante o período de estágio.

Dito de outra forma, tanto os alunos, como as entidades acolhedoras consideram o estágio muito útil também em termos de formação e estabelecimento de uma rede de contactos que pode vir a ser favorável aos primeiros na sua procura de emprego. Mas tudo leva a crer que a possibilidade de mobilização dessa rede está intimamente dependente da avaliação do desempenho do estagiário ao nível do *saber-estar*.

2. As novas exigências do mercado de trabalho

Ao longo de vários anos, os estagiários sofreram de um desconhecimento generalizado acerca das potencialidades do trabalho desenvolvido pela Sociologia. Hoje, e cada vez mais, os estágios são propostos pelas organizações acolhedoras no quadro de projectos bastante bem definidos. Por um lado, trata-se de uma mudança favorável à Sociologia, visto que a presença de pedidos claros e orientados para o alcance de objectivos definidos pode ser considerada como resultante de uma percepção acrescida do que constituem as competências específicas do sociólogo. Destacamos, a este propósito, os pedidos crescentes de realização de trabalhos de investigação e de diagnóstico – cuja satisfação se tem tornado progressivamente mais difícil pelo encurtamento do próprio período de estágio com a revisão do plano no âmbito do processo de Bolonha – em temáticas tão diversas como a formação profissional, o desemprego, a violência doméstica, o insucesso escolar, entre outros.

Na maioria dos casos, é pedido aos alunos que elaborem guiões de entrevista, criem grelhas de observação, redijam, testem e apliquem questionários. Mas também que sistematizem a informação, realizem análise de conteúdo, que construam base de dados, que trabalhem com programas estatísticos de análise de dados.

As competências solicitadas revelam que as qualidades metodológicas do sociólogo – que abrangem a dimensão epistemológica, mas implicam, muito afinadamente, a operacionalização de conceitos e o manuseamento de grandes volumes de informação – estão a entrar nos quadros de representação das organizações. Deve notar-se que isto se faz com a participação muito activa dos licenciados em Sociologia que, entretanto, se inserem no mercado de trabalho e que, mantendo ligações às universidades, vão sendo agentes de mudança e ajudando a formar uma imagem mais clara do que o sociólogo pode fazer numa organização.

Esta alteração, que arrasta pressões adicionais quer sobre os alunos, quer sobre o corpo docente, nomeadamente na medida em que reduz a margem de manobra de ambos na definição dos conteúdos do trabalho desenvolvido durante o período de estágio, não impede, todavia, a presença de dificuldades adicionais. De entre estas destacamos duas: por um lado, a dificuldade de decidir até que ponto determinados conteúdos da prática profissional pedidos ao estagiário se enquadram ou não no domínio da prática sociológica; por outro, as dificuldades levantadas pela persistência de uma visão da Sociologia – e, portanto, do sociólogo –, por vezes, excessivamente próxima da do Serviço Social, que confunde o problema sociológico com o problema social.

Isto é especialmente visível ao considerarmos a listagem dos temas de estágio e das organizações acolhedoras relativos ao ano lectivo transacto. Como podemos ver, as temáticas ligadas directa ou indirectamente a categorias sociais ou a fenómenos considerados problemáticos do ponto de vista social são dominantes nos relatórios de estágio (note-se que os temas incluem não só a preocupação com categorias como a terceira idade, os jovens e crianças “em risco” ou as minorias étnicas, mas também com o desemprego ou o insucesso escolar).

**Tabela 1 – Grandes temas dos relatórios de estágio
(ano lectivo de 2006/ 07)**

Tema do relatório de estágio	Frequências absolutas	Frequências relativas
Questões ligadas a categorias sociais particulares⁵	18	12,0
Minorias, pobreza e fenómenos de exclusão	14	9,3
Emprego, desemprego e (re)inserção profissional	13	8,7

⁵ Inclui temáticas como a violência doméstica e conjugal, as condições de vida das crianças e jovens “em risco”, os impactos pessoais e sociais da experiência de guerra, a sexualidade entre os indivíduos portadores de deficiência, entre outras.

Diagnóstico, planeamento, gestão e avaliação da formação	12	8,0
Envelhecimento, solidão e morte	12	8,0
Perfis de associados, utentes ou consumidores	11	7,3
Estudos sobre representações, expectativas, motivações e satisfação	11	7,3
Escola, educação participada e (in)sucesso escolar	10	6,7
Organizações e trabalho ⁶	9	6,0
Políticas sociais ligadas ao desenvolvimento⁷	9	6,0
Toxicodependências e reinserção social	7	4,7
Gestão de recursos humanos	6	4,0
Diagnósticos e caracterizações sectoriais ou organizacionais	6	4,0
Informação insuficiente	8	5,3
Outros	4	2,7
Total	150	100,0

Fonte: Base de dados sobre relatórios de estágio realizados em 2006/2007.

Ao considerarmos o tipo de organização acolhedora de estágios para o mesmo período, verificamos, igualmente, a reduzida expressão das empresas privadas, em particular industriais, no seu conjunto: apenas 4%. Mesmo adicionando a este valor as empresas que se dedicam à consultadoria, o total deste tipo de empresas não ultrapassa os 8%. Por contraste, as instituições ligadas à solidariedade social, à promoção da integração social e profissional de categorias sociais particulares (como sejam os desempregados, os toxicodependentes, os indivíduos portadores de deficiência, as crianças e jovens consideradas em risco, os velhos, os imigrantes, etc.) e/ ou à promoção do desenvolvimento local são as mais representadas, i.e., são aquelas que mais solicitam os serviços do sociólogo.

**Tabela 2 – Tipos de organizações acolhedoras de estágio
(ano lectivo de 2006/ 07)**

Tipo de organização	Frequências absolutas	Frequências relativas
Autarquias, empresas autárquicas e serviços conexos	37	24,7
Lares, associações de solidariedade social e similares	23	15,3
Extensões e serviços directos do Estado ⁸	22	14,7
Associações de desenvolvimento cultural, económico e social	15	10,0
Escolas e organizações similares ligadas ao ensino e à		

⁶ Inclui temáticas como a gestão de competências e do conhecimento, mudança organizacional, responsabilidade social, ou tecnologia e organização.

⁷ Inclui, e.g., temáticas como as políticas de habitação social e as dinâmicas de desenvolvimento local.

⁸ Inclui direcções regionais da Segurança Social e do Ministério da Agricultura, bem como delegações do IPJ, CPCJ, IIEFP e centros de emprego.

formação	10	6,7
Sindicatos e associações de interesses ⁹	10	6,7
Associações e comunidades terapêuticas	8	5,3
Consultoras e empresas de recrutamento e selecção	6	4,0
Empresas privadas	6	4,0
Hospitais, clínicas e centros de saúde	5	3,3
Empresas públicas	1	0,7
Outras organizações	5	3,3
Informação insuficiente	2	1,3
Total	150	100,0

Fonte: Base de dados sobre relatórios de estágio realizados em 2006/2007.

Deve notar-se, ainda, a este propósito, que o Estado, quer por via das autarquias locais e serviços conexos, quer por via de extensões de serviços na dependência dos Ministérios, continua a ser a entidade que mais oportunidades de estágio oferece aos finalistas de Sociologia (24,7% e 14,7%, respectivamente).

Estes dados são, de resto, compatíveis com as conclusões de um dos últimos inquéritos promovidos pela Direcção de Curso, que revela que as principais entidades empregadoras dos licenciados em Sociologia são as Câmaras Municipais, nomeadamente através de vários projectos e organizações diversas de solidariedade social¹⁰. Se isto atesta a forte implementação da Sociologia nas áreas das políticas sociais e do desenvolvimento, parece, por outro lado, reforçar a ideia de que os futuros sociólogos estão a competir por um terreno disputado igualmente por outros profissionais, acentuando o risco de se resvalar para uma visão da Sociologia como possuindo uma vertente essencialmente “assistencialista” e/ ou voltada para a “correção” de certos problemas sociais.

Além disso, estas conclusões permitem-nos, igualmente, verificar que, apesar de tudo, as empresas, especialmente ao nível da gestão de recursos humanos e áreas afins, continuam pouco receptivas à admissão de sociólogos.

3. Que desafios?

Do que temos vindo a expor, parece inegável que a Sociologia ganhou, em termos de políticas sociais e de programas de desenvolvimento, um elevado reconhecimento nos últimos anos, traduzido, igualmente, numa maior empregabilidade dos recém-

⁹ Inclui, além dos sindicatos, associações diversas ligadas à defesa dos interesses dos seus associados e não exclusivamente de âmbito profissional – e.g., a ACAPO.

¹⁰ Carlos Veiga, *Relatório anual do curso de Sociologia*, Universidade do Minho, Departamento de Sociologia, 2005.

licenciados do Minho nestes domínios. Todavia, o mesmo reconhecimento não está igualmente presente nas empresas – em particular, industriais, embora não exclusivamente – e a entrada nos domínios da gestão de recursos humanos ou a possibilidade de desenvolvimento de projectos de estágio – e, portanto, também profissionais – no domínio da Sociologia das Organizações e do Trabalho surge como notoriamente menor.

Acresce a isto o facto de, como também já salientámos, nos domínios em que o reconhecimento do interesse em acolher os finalistas tem sido maior, estes sofrem a concorrência de áreas como o Serviço Social, em especial no sector público, existindo alguns indícios de que, nas empresas privadas, essa concorrência provém sobretudo da Psicologia.

Deve, ainda, notar-se a persistência de organizações que encaram o estágio como um meio de mobilização de mão-de-obra gratuita, não providenciando qualquer contrapartida ao estagiário, que se limita, por vezes, a executar tarefas de rotina que permitem “aliviar” os membros das organizações e servem, ao mesmo tempo, como suporte ao trabalho e à progressão destes na carreira.

Em suma, é importante que a Universidade se mantenha atenta ao que se passa nas organizações acolhedoras de estágios, de modo a aferir quais as condições em que estes podem ter lugar e em que medida estas servem os interesses não só daquelas, mas também dos alunos, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento e à aplicação das competências adquiridas ao longo da licenciatura.

Isto exige, é claro, que se disponha dos meios necessários a tal empreendimento. Especificamente, a existência da figura do estágio e o trabalho de acompanhamento constante que exige da parte do corpo docente traduzem-se numa carga de trabalho adicional que pode pôr em causa a exequibilidade do projecto de aproximação da Universidade ao mundo do trabalho e às exigências próprias da sociedade e das organizações. Estas exigências merecem tanto mais preocupação porquanto a formação inicial dos cursos é sujeita a ciclos mais curtos de aprendizagem.

A transição para o modelo de Bolonha impõe, a respeito de todas as dimensões tratadas, a contínua reflexão sobre o tipo de perfil de sociólogo “desejado” inerente à nova estrutura curricular. A observação rápida das principais alterações operadas nas universidades portuguesas nos cursos de Sociologia dá conta de uma relativa desvalorização da componente de “estágio”. O principal motivo justificativo do facto encontra-se na própria necessidade de redução do tempo de formação e a consequente

aposta em unidades curriculares que exigem treino teórico-metodológico fundamentalmente académico. Na Universidade do Minho, o curso de Sociologia continua a prever um estágio, agora com a duração de 4 meses, durante o qual os alunos “residem” numa organização e produzem um relatório acerca de um tema de trabalho e/ou de pesquisa.

É óbvio que o modelo de funcionamento e de avaliação de um estágio ao nível do primeiro ciclo carece de fundamentação no que concerne aos propósitos da formação neste ciclo e sua continuidade em ciclos posteriores. A projecção de um estágio no terceiro ano do 1.º ciclo, ocupando o último semestre lectivo, representa um compromisso acrescido por parte da universidade. Não só porque se aumenta o volume de trabalho administrativo relacionado com contactos, avaliações e conduções dos estágios, mas também porque vários recursos precisam de ser mobilizados para o seu correcto funcionamento, muito especialmente no que se refere ao envolvimento dos docentes – orientadores na formação humana e profissionalizante dos alunos –, o que é, por vezes e legitimamente, alvo de questionamentos identitários sérios, uma vez que os docentes acabam por ter atribuições no treino de competências que não são de todo ajustadas ao seu trabalho enquanto académicos e investigadores. Representa também, de certo modo, um nível elevado de responsabilidade depositado no aluno, *confiando-lhe*, de forma menos calendarizada e rígida do que num plano curricular normal, a possibilidade de conhecer o meio de trabalho dos sociólogos, desenvolver competências teórico-metodológicas e, igualmente, interpessoais. Com a entrada em vigor do modelo de Bolonha reforçam-se ainda mais todas estas necessidades porque a média de idades dos alunos de estágio é substancialmente mais baixa e as próprias instituições detêm representações dos estagiários como sendo ainda “muito novos” e “sem experiência”. A universidade e os próprios alunos precisam de se preparar para lidar com esse tipo de representações, o que leva tempo e carece, muito especialmente, de treino metodológico orientado para a pesquisa – acção.

Nota final

Várias são, neste momento, as reacções à permanência do estágio como unidade curricular no último semestre, acompanhada de um seminário de acompanhamento. Em geral, existem duas posições: uma que denuncia o carácter exigente do estágio em

termos burocráticos e o seu excessivo peso na estrutura curricular, propondo a existência de períodos de estágio mais curtos e integrados como “módulos” em certas disciplinas ou a sua eliminação e substituição por seminário de investigação. A outra postura sustenta a necessidade de a universidade ter um papel pré-preparatório de inserção no mercado de trabalho e argumenta a necessidade do estágio como período integrado na formação curricular. Os próximos tempos, nomeadamente a avaliação do funcionamento dos actuais esquemas de curso delineados de acordo com Bolonha, serão decisivos para apreciar a consistência de cada uma daquelas posturas. Ambas, no entanto, partem de pressupostos teóricos extremamente importantes acerca dos fins e dos modelos de avaliação do Ensino Superior. A primeira tende a recusar a ideia da “mercantilização” e excessiva profissionalização da universidade através da projecção de cursos demasiado estruturados com base nas necessidades actuais do mercado de trabalho potencial, uma recusa justificada pela fidelidade a uma representação da universidade como instância superior de treino e de aprendizagem científica onde se pretende que o aluno adquira desenvoltura conceptual para avaliar os problemas e propor alternativas, superando as respostas dadas pelas organizações no seu dia-a-dia. A segunda, não negando completamente esta finalidade da universidade, entende como inevitável a desvalorização social dos primeiros ciclos de aprendizagem e, considerando a escassez de possibilidades de trabalho nas áreas de ciências sociais, argumenta a favor da existência de treino metodológico e conceptual o mais próximo possível do que serão as exigências do mercado de trabalho. O estágio tem aqui um lugar de relevo.

Do lado dos alunos, a percepção do estágio é extremamente holista no sentido em que estes avaliam, de forma muito positiva, o estágio. Como se mencionou antes, não só por ser um período de treino em ambientes que são, na maioria das vezes, completamente desconhecidos, mas também por potenciar o estabelecimento de contactos com possíveis empregadores, nomeadamente pela imagem deixada nas instituições de estágio.

A respeito da “imagem pessoal”, é preciso entendê-la como um conjunto de ideias acerca do aluno que não incluem, necessariamente, nem uma avaliação completa do trabalho realizado, nem a tomada em consideração de critérios objectivos, considerados normalmente numa avaliação profissional. Uma observação às sugestões, críticas e pedidos de esclarecimento efectuados pelas organizações de estágio à Comissão de Estágios e à Direcção do Curso em 2006/2007 permite destacar os principais itens apreciados pelas primeiras: a autonomia na resolução de problemas, o respeito pelos

horários/prazos e a disponibilidade temporal para responder a solicitações da entidade que confere o estágio.